



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA DO RIO DAS VELHAS Ata da 81ª reunião, realizada em 31 de março de 2015

1 Em 31 de março de 2015, reuniu-se a Unidade Regional Colegiada do Rio
2 das Velhas (URC Velhas) do Conselho Estadual de Política Ambiental
3 (COPAM), em Belo Horizonte, Minas Gerais. Participaram os seguintes
4 membros titulares e suplentes: o presidente André Luis Ruas, da Secretaria
5 de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD);
6 Daniele Vieira Silva, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e
7 Abastecimento (Seapa); Sônia Maria Costa Greco, da Secretaria de Estado
8 de Desenvolvimento Econômico (Sede); Ronan Andrade Nogueira, da
9 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana
10 (Sedru); Flávio José de Souza, da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG);
11 Mauro da Fonseca Ellovitch, da Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ); Irene
12 Maria Vaz Magni Frayha, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos
13 Recursos Naturais Renováveis (Ibama); Rômel Amarildo Vasconcelos Costa,
14 do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM); Licínio Eustáquio
15 Mol Xavier, de prefeitura municipal situada na área de abrangência da URC;
16 Márcio Alvarenga Miranda, do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das
17 Velhas – representantes do poder público; Paula Meireles Aguiar, da
18 Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); Carlos Alberto
19 Santos Oliveira, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas
20 Gerais (Faemg); Emanuel de Paiva Braga, da Federação das Associações
21 Comerciais e Empresariais do Estado de Minas Gerais (Federaminas); Luís
22 Márcio Vianna, do Sindicato da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais
23 (Sindiextra); Ivânia Linhares de Almeida, do Conselho Regional de
24 Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Crea-MG); Simone Alvarenga
25 Borja, do Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias
26 Hidrográficas (Fonasc); Ronaldo Vasconcellos Novais, da Organização Ponto
27 Terra; Luiz Carlos da Cruz, do Centro Universitário Una – representantes da
28 sociedade civil. **Assuntos em pauta. 1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL
29 BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** O
30 presidente André Luis Ruas declarou aberta a 81ª reunião da Unidade
31 Regional Colegiada do Rio das Velhas e leu o memorando em que é feita a
32 sua indicação para presidir a sessão, com justificativa de ausências das
33 conselheiras titular e primeiro suplente representantes da SEMAD. Em
34 seguida, apresentou à URC e desejou boas-vindas ao novo superintendente
35 da Supram Central Metropolitana, Geraldo Vítor de Abreu, e ao diretor de
36 Controle Processual, André Felipe Siuves Alves. Registrou ainda as
37 presenças, fez apresentação e desejou boas-vindas aos novos conselheiros

38 que participam pela primeira vez de reunião da URC, Luís Márcio Vianna,
39 Sônia Maria Costa Greco e Márcio Alvarenga Miranda. **3) COMUNICADOS**
40 **DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** O conselheiro Ronaldo
41 Vasconcellos Novais: “Nós da Ponto Terra fazemos parte do Conama, e, na
42 primeira reunião que tivemos no Conama neste ano, eu levei, em nome da
43 sociedade civil que representamos aqui em Minas Gerais, a preocupação
44 com o Sistema Estadual de Meio Ambiente no tocante aos servidores. Foi
45 falado para o Brasil inteiro, mais de cem pessoas. A própria ministra ouviu o
46 nosso comentário, e comentou conosco que, inclusive, o secretário Sávio
47 Souza Cruz esteve com ela também levando as preocupações. Mas ficamos
48 preocupados com essa questão do Sisema, com os servidores do Sisema e
49 com tudo aquilo que repercute em cima disso. Essa questão agora
50 transcende Minas Gerais, e eu espero que o governo resolva essa questão,
51 para que as coisas comecem a funcionar, para o bom funcionamento do
52 Sisema. O nosso apoio aos funcionários e servidores por essa luta que eles
53 estão empreendendo e que merece o nosso apoio. A segunda palavra é
54 mais de alegria, porque hoje a Ponto Terra, essa organização que hoje eu
55 presido, está completando 15 anos. Nós vamos receber hoje homenagem da
56 Câmara Municipal de Belo Horizonte, através dos vereadores, pelos 15 anos
57 da Organização Ponto Terra. Com todas as dificuldades, falta de dinheiro,
58 falta de apoio, com luta, ‘perde uma batalha, ganha outra’, nós estamos,
59 teimosamente, mas alegremente, cumprindo o nosso papel de
60 representantes da sociedade civil. Fomos para o Conama através de uma
61 eleição de todas as entidades ambientalistas organizadas da região Sudeste:
62 Minas, Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo. E nós fomos eleitos e
63 estamos lá, e aqui também, por um processo democrático, de eleição.”
64 Presidente André Luis Ruas: “Doutor Ronaldo, em nome dos servidores do
65 Sisema, eu gostaria de agradecer muito pelas suas palavras. Eu e meus
66 colegas estamos aqui por uma vocação, realmente, da área. Então, muito
67 obrigado pelas suas palavras, e aproveito para parabenizar também pelos 15
68 anos da Organização Ponto Terra, e desejo mais 15 anos de muito sucesso
69 e que continuemos trabalhando juntos aqui.” Superintendente Geraldo Vítor
70 de Abreu: “É uma grande satisfação poder estar aqui à frente da Supram
71 Central, pelos desafios e por tudo o que representa a Supram em relação
72 aos diálogos com a sociedade sobre o desenvolvimento sustentável, com os
73 empreendedores, que buscam na Supram a sua regularização ambiental,
74 para que as suas atividades possam se desenvolver em consonância com a
75 preservação e a sustentabilidade na nossa região. Eu tenho certeza de que
76 os desafios não são poucos, mas são bons e necessários para que nós
77 possamos enfrentá-los e retirarmos a Supram desta realidade em que nos
78 encontramos hoje, ocasionada por vários fatores. O Ronaldo é um
79 companheiro de longa data, militante da área ambiental há muito mais de 15
80 anos. A Ponto Terra coroa esse trabalho do conselheiro, que tantos serviços

81 já prestou ao meio ambiente na nossa cidade, no nosso Estado, e, no
82 Conama, sempre combativo pelas causas do meio ambiente. E dizer, em
83 nome do governo, que, ao chegarmos aqui, nós encontramos uma situação
84 da operação padrão, iniciada em agosto de 2014, que teve um pequeno
85 intervalo de dois meses nesse período, mas algo que persistiu por oito
86 meses. Isso acabou agravando ainda mais a situação dos processos em
87 andamento nas Suprams e na SEMAD como um todo. Nós iniciamos um
88 diálogo com a Associação dos Servidores, foram apresentadas duas
89 propostas. Por fim, ontem, em assembleia, eu fui informado que os
90 servidores aceitaram a proposta do governo, um acordo que, na minha
91 opinião, vai fazer bem tanto para o Estado quanto para os servidores. Mas é
92 necessário que a mesa de negociação seja permanente, porque as
93 demandas são justas, corretas, e, se nós queremos valorizar a agenda
94 ambiental no tripé do desenvolvimento no nosso Estado, é necessário e
95 fundamental que a carreira dos servidores desta Secretaria também seja
96 condizente com as suas responsabilidades e aquilo que a sociedade os
97 cobra. Houve esse primeiro acordo, vai depender agora apenas da
98 publicação do decreto fechando e selando o acordo com os servidores, para
99 que nós possamos retomar os trabalhos normais da Secretaria e
100 avançarmos nas soluções que todos esperamos que possam ser
101 construídas, por servidores animados e engajados que são e essa nova
102 direção da Secretaria, que também está muito animada e muito
103 entusiasmada, que sabe dos seus desafios, mas também tem a certeza de
104 que pode contribuir e pode ajudar a retirar a área ambiental dessa situação
105 em que nós nos encontramos.” Conselheiro Licínio Eustáquio Mol Xavier: “Eu
106 represento aqui no Conselho a Associação Mineira de Municípios, na área de
107 meio ambiente. Hoje, é um momento político na associação. Duas chapas
108 disputam o biênio para comandar a associação, a partir de maio próximo, até
109 2017. O prefeito de Uberlândia, Gilmar Machado, é um dos candidatos, e o
110 outro candidato é o prefeito de Pará de Minas, Antônio Júlio. Então, ao longo
111 do dia de hoje, estamos esperando na associação a presença de 600
112 prefeitos representando os municípios mineiros. Eu tenho uma atuação
113 também no Sicepot, o sindicato da construção pesada. Ao longo do final do
114 ano passado e do início deste ano, eu contabilizei 154 canteiros de obras
115 implantados em Minas Gerais. Em vista da extensão desses canteiros e de
116 problemas ambientais que eles causam na implantação e na operação de
117 máquinas nesses locais, nós nos vimos obrigados a editar um livro, um
118 manual de instrução, intitulado Manual de Sustentabilidade em Canteiros de
119 Obras. O lançamento desse manual vai se dar no 23 de abril próximo, às
120 16h, com a presença da doutora Marília, secretária adjunta. Então, ficam
121 todos convidados, e peço permissão aos senhores conselheiros: em breve,
122 nos seus e-mails, eu lhes enviarei, mais oportunamente, o convite.”
123 Conselheira Sônia Maria Costa Greco: “Eu queria agradecer as boas-vindas

124 e, como representante da Secretaria de Estado de Desenvolvimento
125 Econômico, espero contribuir com esta URC, com este Conselho. O objetivo
126 é, através desse fórum, buscar, justamente, desenvolvimento econômico
127 com sustentabilidade. Espero contribuir, e obrigada pelas boas-vindas.” **4)**
128 **EXAME DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR.** Aprovada por unanimidade a
129 ata da 80ª reunião da Unidade Regional Colegiada do Rio das Velhas,
130 realizada em 16 de dezembro de 2014, com abstenção da conselheira
131 Daniele Vieira Silva. **5) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE**
132 **LICENÇA DE INSTALAÇÃO CORRETIVA CONCEDIDA AD**
133 **REFERENDUM. 5.1) ASM Alicerce 10 SPE Empreendimentos**
134 **Imobiliários Ltda. / Fase II. Reestruturação, loteamento do solo urbano**
135 **para fins exclusiva ou predominantemente residenciais. Nova Lima/MG.**
136 **PA 33898/2012/001/2013. Retorno de vista: conselheiros Mauro da**
137 **Fonseca Ellovitch, Simone Alvarenga Borja e Ronaldo Vasconcellos**
138 **Novais.** Licença referendada por unanimidade nos termos do Parecer Único,
139 com abstenção do conselheiro Licínio Eustáquio Mol Xavier e inclusão das
140 seguintes condicionantes: “Fazer o mapeamento georreferenciado de todas
141 as nascentes, cursos d’água e áreas de preservação permanente localizadas
142 na Área de Influência Direta do empreendimento, em especial na área da
143 Fase II Reestruturação. Prazo: 90 (noventa) dias”; “Apresentar projeto
144 técnico de recuperação e proteção das áreas de preservação permanentes
145 identificadas no mapeamento georreferenciado, com cronograma de
146 execução das ações de recuperação em prazo não superior a 2 (dois) anos.
147 Após aprovação do projeto pela Supram, executá-lo conforme cronograma.
148 Prazo: apresentação do projeto em 180 (cento e oitenta) dias e execução
149 conforme cronograma”; “Regularizar, perante o IGAM, dimensionamento,
150 cadastro e outorga de todos os poços e outras fontes de água eventualmente
151 existentes que abasteçam o empreendimento, para a demanda atual
152 (ocupação presente e implantação do parcelamento do solo) e futura
153 (ocupação final a se efetivar na fase de operação). Prazo: antes do início das
154 intervenções”; “Apresentar projeto técnico para melhoria da drenagem pluvial
155 e do aproveitamento de água na Área de Influência Direta do
156 empreendimento, em especial na área da Fase II Reestruturação. O projeto
157 deve prever a substituição de eucaliptos por vegetação nativa da região,
158 mecanismos para evitar o carreamento de material para nascentes e para a
159 lagoa e cronograma de execução em prazo não superior a 2 (dois) anos.
160 Após aprovação do projeto pela Supram, executá-lo conforme cronograma.
161 Prazo: apresentação do projeto em 180 (cento e oitenta) dias e execução
162 conforme cronograma”; “Acrescentar ao programa de monitoramento da
163 qualidade das águas superficiais da AID pontos a jusante e a montante do
164 local onde descarrega o efluente da Estação de Tratamento de Esgotos.
165 Prazo: durante a vigência da licença”; “Executar as ações previstas no
166 projeto de ampliação da ETE Alphavile (condicionante 11) no prazo máximo

167 de 12 (doze) meses. Prazo: 1 (um) ano”; “Apresentar projeto de sistema de
168 coleta seletiva, triagem de destinação de recicláveis e compostagem,
169 minimizando a geração de resíduos e deixando apenas rejeitos para coleta e
170 destinação ambientalmente adequada pelo município. Prazo: até a
171 formalização da LO”; “Incluir no Programa de Estudos Ambientais do
172 empreendimento ações para educação ambiental quanto à utilização de
173 recursos hídricos e valorização do patrimônio cultural. Prazo: de acordo com
174 o Programa de Estudos Ambientais”; “Refazer o Projeto Paisagístico,
175 priorizando espécies nativas e realizando o resgate de qualquer espécie
176 porventura existentes. Prazo: 90 (noventa) dias”; “Apresentar Projeto de
177 Pavimentação Viária avaliando a possibilidade de intercalar o piso asfáltico
178 com o piso intertravado. Prazo: apresentar em 90 (noventa) dias e instalar
179 conforme o cronograma”. **6) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA
180 EXAME DE LICENÇA PRÉVIA CONCOMITANTE COM LICENÇA DE
181 INSTALAÇÃO E LICENÇA DE OPERAÇÃO. 6.1) Celso Affonso de Mello.
182 Loteamento do solo urbano para fins exclusiva ou predominantemente
183 residenciais, para construção de habitações de interesse social.
184 Vespasiano/MG. PA 04285/2013/001/2013. Retorno de vista:
185 conselheiros Mauro da Fonseca Ellovitch, Paula Meireles Aguiar e
186 Carlos Alberto Santos Oliveira. 6.2) Alves e Neves Empreendimentos
187 Imobiliários Ltda. Loteamento do solo urbano para fins exclusiva ou
188 predominantemente residenciais, para construção de habitações de
189 interesse social. Vespasiano/MG. PA 2312/2003/001/2013. Retorno de
190 vista: conselheiros Mauro da Fonseca Ellovitch, Paula Meireles Aguiar e
191 Carlos Alberto Santos Oliveira. A Presidência decidiu baixar em diligência
192 os processos constantes dos itens 6.1 e 6.2 da pauta, PA
193 04285/2013/001/2013 e PA 2312/2003/001/2013, respectivamente, acatando
194 o parecer do relator Mauro da Fonseca Ellovitch, com o seguinte
195 encaminhamento: – O empreendedor deverá apresentar Estudo de Impacto
196 Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (Rima) para a área total
197 dos dois empreendimentos, com diagnóstico de impactos e medidas
198 mitigadoras projetados para os dois empreendimentos, e, com base no
199 EIA/Rima conjunto apresentado para as duas áreas, a Supram deverá
200 realizar a reorientação adequada aos processos, com as definições de
201 classe de empreendimento e fase de licenciamento ambiental. **7)
202 PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA DE
203 OPERAÇÃO. 7.1) Crusader do Brasil Mineração Ltda. Lavra a céu aberto
204 sem tratamento ou com tratamento a seco. Minério de ferro / pilha de
205 estéril. Caeté/MG. PA 12492/2008/008/2014, DNPM 834.705/1993. Retorno
206 de vista: conselheiros Mauro da Fonseca Ellovitch, Paula Meireles
207 Aguiar e José Guilherme Ramos. Licença concedida por unanimidade nos
208 termos do Parecer Único, com abstenções dos conselheiros Mauro da
209 Fonseca Ellovitch, Simone Alvarenga Borja e Emanuel de Paiva Braga e****

210 nova redação para a condicionante nº 2: “Não dispor nenhum tipo de
211 rejeito/estéril fora da área do empreendimento sem a devida regularização
212 ambiental. Caso seja feita a regularização no âmbito municipal, deverá ser
213 apresentada, imediatamente, documentação comprobatória junto à Supram
214 CM. Prazo: durante a vigência da licença”. **8) PROCESSO**
215 **ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA DE OPERAÇÃO**
216 **CONCEDIDA AD REFERENDUM. 8.1) Vale S/A. Implantação da ITM**
217 **Vargem Grande e estruturas associadas. Unidade de Tratamento de**
218 **Minerais, obras de infraestrutura (pátios de resíduos, produtos e**
219 **oficinas), correias transportadoras, subestação de energia elétrica,**
220 **mineroduto (adutora e rejeitoduto). Nova Lima/MG. PA**
221 **00237/1994/108/2014, DNPM 931.198/1985.** Processo retirado de pauta com
222 pedido de vista do conselheiro Mauro da Fonseca Ellovitch e vista conjunta
223 solicitada pelos conselheiros Luís Márcio Vianna, Paula Meireles Aguiar,
224 Simone Alvarenga Borja e Sônia Maria Costa Greco. **9) ENCERRAMENTO.**
225 Não havendo outros assuntos a serem tratados, o presidente André Luis
226 Ruas declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

227

APROVAÇÃO DA ATA

228

229

230

231

Presidente André Luis Ruas